

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 103.832 - PR (2018/0260230-2)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
RECORRENTE : ANTONIO PEREIRA JUNIOR
RECORRENTE : LEILA MARIA RAIMUNDO PEREIRA
ADVOGADOS : WALTER BARBOSA BITTAR - PR020774
RAFAEL JUNIOR SOARES - PR045177
LUIZ ANTONIO BORRI E OUTRO(S) - PR061448
RODRIGO JOSE MENDES ANTUNES - PR036897
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

ANTONIO PEREIRA JUNIOR e **LEILA MARIA RAIMUNDO PEREIRA** alegam sofrer coação ilegal, em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado do Paraná**, nos autos do HC n. 0009408-67.2018.8.16.0000.

Pugna este recurso ordinário pela reforma do acórdão ora impugnado, que deixou de reconhecer o constrangimento ilegal sofrido pelos recorrentes em face da realização de busca e apreensão em suas residências, sem autorização judicial escrita e individualizada.

Todavia, a 2ª Turma do STF, em 5/2/2019, nos autos do HC n. 163.461, declarou "a ilicitude e o desentranhamento das provas obtidas na busca e apreensão realizada no domicílio das pessoas físicas Antonio Pereira Junior e Leila Maria Raimundo Pereira a partir da autorização determinada na Ação Cautelar Inominada 009167-56.2015.8.16.0014". Decidiu, ainda, que, "em respeito ao princípio da contaminação, igualmente as provas derivadas devem ser declaradas ilícitas, o que deve ser analisado pelo juízo de origem, juntamente com a viabilidade de continuidade do Processo Penal 0037749-32.2016.8.16.0014".

Assim, evidencia-se a superveniente **perda do interesse de agir**.

À vista do exposto, com fundamento no art. 34, XX, c/c o art. 246, ambos do RISTJ, **julgo prejudicado** este recurso.

Publique-se e intimem-se.

Brasília/DF, 20 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**